

UM ESCÂNDALO JURÍDICO QUASE ESQUECIDO: VOLTAIRE E O CASO LALLY TOLLENDAL*

AN ALMOST FORGOTTEN LEGAL SCANDAL: VOLTAIRE AND THE LALLY TOLLENDAL CASE

Ana Luiza R. Bedê**

RESUMO

Em 1766, Lally-Tollendal, general francês de origem irlandesa, foi condenado à morte pelo Parlamento de Paris sob a acusação de alta traição e abuso de poder. A responsabilidade da derrota na Índia recaiu sobre o militar que seria submetido a um dos julgamentos mais iníquos do século XVIII. Em Ferney, próximo à fronteira suíça, uma voz se ergueu: Voltaire insurgiu-se contra esse processo que ele considera uma “barbárie arbitrária”. A condenação, como se comprovou anos depois, teve caráter eminentemente político – era imperativo encontrar um bode-expiatório para o fracasso na Índia. Neste artigo, demonstraremos como o filósofo direcionou sua artilharia pesada contra o sistema jurídico do Antigo Regime. Por meio de cartas enviadas a amigos influentes na França e na Europa e graças aos livros *Précis du siècle de Louis XV* (1768) e *Fragments sur l’Inde, sur le général Lally et le comte de Morangiés* (1773), Voltaire esclarece a opinião pública a respeito desse episódio nefasto. O caso Lally-Tollendal tornou-se emblemático das contradições do Antigo Regime, expondo a justiça como instrumento de vingança política.

PALAVRAS-CHAVE: correspondência; processo jurídico; opinião pública; pena de morte; Lally-Tollendal.

RÉSUMÉ

En 1766, Lally-Tollendal, un général français d'origine irlandaise, se retrouve condamné à mort par le Parlement de Paris, accusé de haute trahison et d'abus de pouvoir. La responsabilité de la défaite en Inde pèse sur lui, et il subit l'un des procès les plus iniques du XVIII^e siècle. À Ferney, près de la frontière suisse, Voltaire s'élève contre ce procès, le qualifiant de "barbarie arbitraire". Des années plus tard, il est prouvé que la condamnation avait un caractère éminemment politique, car il était crucial de désigner un bouc émissaire pour l'échec en Inde. Dans cet article, nous montrons comment le philosophe oriente son artillerie lourde contre le système juridique de l'Ancien Régime. À travers des lettres adressées à des amis influents en France et en Europe, ainsi que par ses ouvrages *Précis du siècle de Louis XV* (1768) et *Fragments sur l’Inde, sur le général Lally et le comte de Morangiés* (1773), Voltaire éclaire l'opinion publique sur cet épisode néfaste. L'affaire Lally-Tollendal devient emblématique des contradictions de l'Ancien Régime, révélant la justice comme un instrument de vengeance politique.

MOTS-CLÉS: correspondance; procédure judiciaire ; opinion publique; peine de mort; Lally-Tollendal

* Artigo recebido em 16/02/2025 e aprovado para publicação em 07/04/2025. Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Século XVIII-Abes18, realizado no mês de setembro de 2017, na Universidade de São Paulo (USP).

** Doutora em Letras pela USP. Pós-doutora em Literatura Francesa pela Université Paris-Sorbonne. E-mail: lulibede@uol.com.br

INTRODUÇÃO: UM ESPETÁCULO MACABRO

Paris, 9 de maio de 1766, pessoas vindas de diversas partes da cidade procuravam um lugar na praça de Grève (atual praça do Hôtel de Ville). Esperavam assistir a um espetáculo que, apesar de macabro, era apreciado por muitos. O que provocava grande curiosidade, além do evento em si, era o nome do cidadão sentenciado. Tratava-se de um militar que se destacara na guerra de Fontenoy, em 1745, e que fora designado por Luís XV para defender os interesses do reino na Companhia das Índias Orientais: o conde de Tollendal.

Naquele fim de tarde, havia ainda outro aspecto digno de atenção do povo: o carrasco encarregado da execução não era o experiente Sanson, mas seu filho de 27 anos, Charles Henri, a quem caberia, quase três décadas mais tarde, decapitar Luís XVI, mas utilizando um método mais moderno¹. Em sua estreia, o jovem Charles Henri proporcionou inadvertidamente um momento apavorante para a vítima, errou o golpe. O tio (também carrasco) precisou intervir e a cena, horrível em si, tornou-se bárbara.

Essa execução, como se poderia esperar, foi comentada, debatida e até celebrada. É o que nos leva a crer o trecho da carta seguinte endereçada ao romancista e historiador Horace Walpone:

Lally foi executado antes de ontem, sexta-feira, às cinco horas; o rei havia entrado em acordo com a família que ele seria executado à tarde. Ele tentou se matar várias vezes [...] como tivessem medo que ele se sufocasse, colocaram-lhe uma mordaça. Morreu como um desesperado; deveria ser conduzido ao cadafalso em uma carruagem negra; mas como ela não chegou a tempo, já era tarde, colocaram-no em uma carroça; recebeu dois golpes; o povo aplaudia durante a execução [...] algumas pessoas ficaram aflitas, mas era um número pequeno; ele foi um grande canalha e, além disso, era muito desagradável; foi condenado por unanimidade. Esse acontecimento é o único assunto das conversas (Madame du Deffand, 1812, p. 23, tradução nossa).

O tom desdenhoso dessa carta choca-nos - quando sabemos que foi redigida, não por alguém pertencente à parte da população que se acotovelava no dia fatídico, mas por uma das mais brilhantes aristocratas do século XVIII, uma mulher culta, amiga das artes, frequentadora da alta sociedade, tendo bom relacionamento com, entre outros, Fontenelle, Montesquieu, Voltaire e D'Alembert, e era, ela mesma, anfitriã de salões: Madame du Deffand. Walpone responde à amiga que não deveriam mais acusar os ingleses de ferozes. Este adjetivo caberia melhor aos franceses, verdadeiros selvagens. Os ingleses nunca aplaudiriam a execução de um pobre coitado.

¹ A guilhotina seria inventada em 1789 pelo médico Joseph-Ignace Guillotin (1738-1814).

O dia 9 de maio marcou o fim do longo padecimento do general que havia sido preso três anos antes. Este caso talvez tivesse caído no esquecimento, porém, a quinhentos quilômetros de Paris, uma voz elevou-se para exigir esclarecimentos. Em sua mansão de Ferney, Voltaire mais uma vez resolve intervir em um processo jurídico e enfrentar o Parlamento – uma das mais poderosas e emblemáticas instituições do Antigo Regime.

Abordaremos, de forma bastante sucinta, a passagem de Lally pela Índia. Em seguida, nos debruçaremos sobre o trabalho de documentação de Voltaire reunindo o máximo de elementos possíveis para, aos poucos, elaborar sua argumentação em defesa do general. Por fim, analisaremos como as cartas do filósofo-poeta contribuíram para exercer pressão sobre a opinião pública e sobre a corte para que Lally fosse reabilitado. Mostraremos, assim, como nesta luta pelo esclarecimento, a missiva representa peça fundamental.

1 LALLY TOLLENDAL: O MALSUCEDIDO GENERAL FRANCÊS NA ÍNDIA

Lally Tollendal havia chegado a Pondichéry em 1758, como comandante das forças francesas, ou seja, era o representante do rei na Índia. Começava, então, a Guerra dos Sete Anos e, apesar de uma primeira vitória contra os ingleses, o militar sofre sucessivas derrotas. Além dos inimigos, Lally precisava enfrentar a oposição do Conselho da Companhia, confrontar-se com a indisciplina das tropas e administrar a colônia sob escassez de recursos. Outro dado que contribuiu para sua passagem malsucedida em Pondichéry era seu caráter genioso, autoritário e arrogante.

Em 1761, a situação catastrófica na qual se encontrava obrigou-o a render-se ao exército inglês. Foi preso e conduzido à Inglaterra. Mal a notícia de sua prisão chega a Paris, começa um movimento de ódio contra o militar. Diziam que não passava de um traidor, que havia conspirado contra a França. Como afirma Pierre Lepape: “Ele [Lally Tollendal] estava pagando, de fato, pela desastrosa política francesa nas Índias. Uma parte da opinião pública reclamava culpados, e então o parlamento ofereceu-lhe um, na medida certa” (Lepape, 1995, p. 247).

Em Londres, Lally recebe os ecos dos comentários do outro lado da Mancha a seu respeito. Afirma ser inocente e que cumprira seu dever. Ele solicita, então, autorização para ir a seu país e explicar os motivos de sua atuação. Ao chegar a Paris, em 1762, foi preso na Bastilha. Em maio de 1764, teve seu único e breve interrogatório. Transcorreram mais de três anos entre sua prisão e a decisão dos juízes. A forma desumana como foi conduzido seu

processo não era exceção no Antigo Regime. Michel Foucault sintetiza como se comportava a Justiça na época:

De acordo com a ordenação de 1760, que resumia, e em alguns pontos reforçava, a severidade da época precedente, era impossível ao acusado ter acesso às peças do processo, impossível conhecer a identidade dos denunciadores, impossível saber o sentido dos depoimentos antes de recusar as testemunhas, impossível fazer valer, até os últimos momentos do processo, os fatos justificativos, impossível ter um advogado, seja para verificar a regularidade do processo, seja para participar da defesa (Foucault, 1995, p. 37).

Ao longo dos diferentes processos jurídicos em que interveio, Voltaire se insurgiria, com maior ou menor ênfase, contra todos esses aspectos. Três dias após a execução de Lally, o filósofo escreve ao seu fiel escudeiro Damilaville - um dos seus principais correspondentes em Paris – ao lado de D’Alembert e d’Argental: “Você poderia providenciar o envio do memorial de M. de Lally ? (Voltaire, 1983, p. 465, tradução nossa)”. Voltaire pretendia obter os memoriais do processo Lally. Estes documentos ficavam com os juízes, mas seria possível obtê-los por meio de seus amigos parisienses próximos ao meio jurídico. No dia 17 de maio do mesmo ano, ele volta a escrever a Damilaville: “Conhecia Lally como um homem insensato, violento, egoísta, capaz de pilhar e de abusar do comando; mas ficaria muito surpreendido se ele tivesse sido um traidor”. Não havia prova alguma em relação ao motivo pelo qual haviam condenado Lally. O mínimo que se poderia esperar dos juízes é que motivassem a sentença. Também em 17 de maio, Voltaire envia carta ao duque de Richelieu na qual afirma não ter lido ainda nenhum memorial sobre Lally. Voltaire insiste na incoerência da acusação. Seus argumentos são dignos de um advogado:

Ainda não vi nenhum memorial a favor ou contra esse pobre Lally. Eu o conhecia como um irlandês um pouco insensato, muito violento, e bastante egoísta, mas eu ficaria extremamente surpreso se ele tivesse sido um traidor como lhe censuram. Estou persuadido que ele nunca se considerou culpado; se ele o fosse, teria voltado para a França? Há destinos bem singulares. Este globo está coberto de loucuras e infelicidades de todo tipo (Voltaire, 1983, p.469, tradução nossa).

O fato do general decidir voltar para a França a fim de provar sua inocência deveria contribuir para sua defesa. No entanto, a justiça da época não permitia que o acusado apresentasse os motivos que lhe fizeram agir. Voltaire apontava as aberrações do sistema jurídico aos cidadãos, que poderiam intervir com sua influência. O duque de Richelieu, ministro de Luís XV, já não ficaria insensível à posição do filósofo.

Em 30 de maio, Voltaire já tem em mãos o memorial, conforme relata a Damilaville:

Quanto ao memorial de Lally, eu vi somente injúrias vagas; o corpo de delito está aparentemente nos interrogatórios que continuam ainda secretos. As sentenças não são nunca motivadas na França, da mesma forma o público nunca é informado (Voltaire, 1983, p.485-486, tradução nossa).

Em carta ao sobrinho-neto e conselheiro do parlamento de Paris, Alexandre-Marie-François de Paule de Dompierre D’Hornoy, Voltaire agradece o envio do memorial de Lally e faz, mais uma vez, uma crítica ~~aerba~~ ~~contra~~ ao sistema jurídico:

Sou muito agradecido pelos memoriais sobre Lally, e ainda mais pela esperança que me proporciona de nos encontrarmos no outono. Em tempos idos, conheci muito bem Lally, e eu o havia conhecido como um homem violento e insensato. Não me surpreende que ele tenha encontrado o segredo de tornar-se inimigo de todos os oficiais, e de todos os habitantes de Pondichéry. [...] Os memoriais só contêm injúrias muito vagas, e narrativas confusas de operações militares sobre as quais um conselho de guerra teria muita dificuldade para julgar. É preciso que haja concussão e, no entanto, esses numerosos inimigos não indicam nenhuma. O termo “concussão” não se encontra na sentença. **Tendes [...] o costume de nunca fundamentar vossos julgamentos, e sois os únicos, creio, que agem dessa forma na Europa.** Você me fará a extrema gentileza de me dizer precisamente por que ele foi condenado e qual era o valor de sua propriedade [sic]. Presumo que não será difícil para você obter essas informações com seus confrades (Voltaire, 1983, p. 486-487, tradução nossa).

Fiel à sua técnica de *captatio benevolentiae*, Voltaire aproveita a introdução da missiva para manifestar simpatia pelo jovem conselheiro do Parlamento de Paris. Em seguida, ao admitir defeitos de caráter do general, o filósofo procura mostrar-se imparcial, ao mesmo tempo que deixa implícito que os traços da personalidade, – por piores que sejam, – não justificariam condenação. Para que isto ocorresse, seria imprescindível provar que havia crime de “concussão”. No trecho que sublinhamos, Voltaire não se dirige somente ao seu sobrinho neto, mas ao corpo de juízes que condenaram o general. Lemos algumas observações que já fizera a outros interlocutores e afirma, enfim, que não compreendia como o general não fora julgado por um conselho de guerra, ou seja, por pessoas capazes de avaliar sua estratégia durante a passagem pela Índia e não por homens que nada conheciam do assunto.

2 VOLTAIRE E A OPINIÃO PÚBLICA NASCENTE

Durante a etapa de recolher o máximo de informações, Voltaire escreve a Élie de Beaumont, um célebre advogado, em 21 de maio de 1766, para felicitá-lo pelo memorial que

fizera em defesa dos Sirven. No final, tece um comentário em que mostra a importância que confere à opinião pública:

Fostes criado somente para os triunfos. Esse público é continuamente juiz em primeira e em segunda instância. Um memorial cativante, eloquente, bem elaborado o persuade, e quando o grito público se eleva e persevera, ele força os juizes a fazer justiça (Voltaire, 1983, p. 475, tradução nossa).

É necessário esclarecer que Voltaire apostava na influência de pessoas que desfrutavam de prestígio social, como médicos, advogados, banqueiros, parlamentares e homens do clero, para exercer pressão sobre os juizes e sobre o rei. O público que julga em primeira e segunda instância não é a parte do povo que se une para ver uma execução.

Segundo nos explica Éric Walter, o nascimento de um “espaço público” no século XVIII ocorre simultaneamente à emergência de uma *intelligentsia* leiga, ultrapassando as fronteiras da Igreja. A República das Letras passa, então, a englobar o mercado de livros, as sociedades de homens cultos e a imprensa. O “espaço público”, assim, representaria uma: “Instância oficiosa de comunicação, e preencheria uma função mediadora, entre o estado absolutista e a sociedade civil” (Walter, 1981, p. 369; tradução nossa). Walter lembra de expressões muito utilizadas por Voltaire, como “o tribunal do público” e “o tribunal da posteridade” (p. 369), ao longo dos escândalos em que interveio, como, por exemplo, no caso Sirven. Vale transcrever aqui os dois primeiros parágrafos da carta de Voltaire ao advogado criminalista Élie de Beaumont, datada de 19 de agosto de 1766:

Não concebo mais nada, meu caro Cícero, à jurisprudência deste século. Você tornou o caso do Sr. de La Luzerne claro como o dia, e, no entanto, os juizes parecem decidir contra ele. Mas o que podemos esperar? Tudo é arbitrário. Temos mais comentários do que leis; e esses comentários se contradizem. **Só conheço um juiz equânime, ainda que ele o seja somente com o tempo: é o público.** É somente nesse tribunal que quero vencer o processo dos Sirven. Estou certo que vossa obra será uma obra prima de eloquência que elevará ao ápice a sua reputação. Preciso do seu sucesso para compensar o horror no qual me mergulhou durante muito tempo a terrível catástrofe do cavaleiro de La Barre que só tinha para se arrepender as loucuras de um pajem, e que morreu como Sócrates. Este caso é um tecido de abominações que inspira muito desprezo pela natureza humana (Voltaire, 1983, p. 591, tradução nossa).

O conceito de “instância oficiosa de comunicação” ajuda-nos a compreender a ideia de opinião pública para Voltaire. O filósofo dirige-se, em um primeiro momento, a uma elite intelectual. Trata-se de um grupo seletivo, ainda que bastante heterogêneo, de cidadãos. Voltaire foi, provavelmente, o escritor que melhor soube pressentir a força dessa parte do público, curiosa e ávida de conhecimento. Em carta a D’Alembert, lemos: “Gritam contra os filósofos.

E eles têm razão porque a opinião é a rainha do mundo, os filósofos governam essa rainha. Você não tem ideia de como o império dos filósofos se estende” (Voltaire, 1983, p. 132, tradução nossa).

Nosso autor acreditava que reformas no âmbito das leis só seriam obtidas se houvesse pressão dos indivíduos próximos a Luís XV, pois monarca atento ao que seus súditos diziam não permaneceria insensível à necessidade de mudanças se seu poder estivesse em jogo.

A respeito da opinião pública nascente, Arlette Frage analisa o papel da polícia clandestina que pagava os *mouches* (espões) para redigir relatórios sobre os temas das conversas em diversos pontos de Paris:

[...] um certo número de *mouches* se situam em certos locais específicos onde circulam pessoas: o Palais-Royal, o passeio de Tuileries, o pátio do Palácio de Justiça, mas também todos os tipos de cabarés [...] pagos para escutar os rumores da cidade, pouco inclinados a penetrar verdadeiramente no coração de uma população que não demora nunca a reconhecê-los, os observadores são responsáveis por escrever seus relatórios uma vez por semana (Farge, 1992, p. 37, tradução nossa).

Os *mouches* dissimulavam-se nos cafés e outros pontos de Paris onde circulavam as notícias. Tais lugares consistiam em uma das esferas nas quais havia discussões, troca de ideias, manifestações de indignação diante de injustiças. No âmbito privado, o controle era muito mais difícil, senão impossível. No que diz respeito à correspondência, apesar da censura exercida pelo *cabinet noir*, os expedientes para escapar da polícia política eram inúmeros, como, por exemplo, contar com amigos portadores das cartas. A missiva a Damilaville, de 20 de agosto de 1766, oferece um bom exemplo:

Estou ora na estação de águas, ora em Ferney, meu caro irmão: escrevo por intermédio de Madame de Saint-Julien, irmã do marquês de La Tour du Pin, comandante na Borgogne, e parente do Sr. Duque de Choiseul. Ela veio com o irmão e quis passar alguns dias no meu retiro. Ela fez a gentileza de se encarregar de uma carta para você, na qual há uma para o Sr. De Beaumont. Eis aqui uma outra [carta] que eu envio para você para [entregá-la] a esse defensor da inocência (Voltaire, 1983, p. 594-595, tradução nossa).

3 ADVOGADO DE LALLY-TOLLENDAL

Nessa fase de instrução, o filósofo escreve aos amigos, tanto para solicitar mais informações quanto para comentar as convicções que formara. Por exemplo, em missiva ao dramaturgo, compositor e teórico da música Chabanon (1730-1792), de 29 de maio de 1766, afirma não haver indícios de nenhuma das acusações:

Acabo de ler o tema da tragédia do pobre Lally; a catástrofe não me parece anunciada em nenhum dos atos. Vejo que Lally era odiado por todos os oficiais e por todos os habitantes de Pondichéry, mas não há em todos esses memoriais nem aparência de concussão, nem aparência de traição. É preciso que haja contra ele provas que não estão enunciadas de maneira alguma nos panfletos. A peça será esquecida em breve como as gazetas da semana passada (Voltaire, 1983, p.483 tradução nossa).

Como já fizera em inúmeras cartas durante o caso Calas e como fará no caso La Barre de forma intensa, mais uma vez aqui Voltaire emprega um vocabulário do campo semântico do teatro. A execução de Lally é uma “tragédia”, comportando um número determinado de atos. O filósofo refere-se também à “catástrofe”. A palavra “catastrophe”, segundo o *Dictionnaire de l’Académie française* (1762), remete ao “último e principal evento de uma tragédia.” Voltaire escrevia aos amigos e colaboradores parisienses relatando que não tivera acesso ao corpo de delito e que as acusações não passavam de “injúrias vagas”.

Segundo o historiador Benoît Garnot, Voltaire defendeu Lally somente porque a família deste lhe requereu: “No que diz respeito a Lally-Tollendal, Voltaire se interessa pelo caso porque o conheceu alguns anos antes, e ele persiste durante vários anos porque é solicitado pela família [...]” (Garnot, 2009, p. 47 tradução nossa).

Considerando os inúmeros estudos sobre a participação de Voltaire nos escândalos jurídicos, notamos que sua intervenção ocorria quando reconhecia a injustiça. Em nenhum dos casos, inclusive no affaire Lally Tollendal, houve interesse pessoal. Ao contrário, o filósofo deixou de dedicar-se às suas obras, à revisão de muitos trabalhos, sofreu mais perseguição e ainda padecia com sérios problemas de saúde. Para Garnot, há uma visão idealizada do patriarca de Ferney que ainda hoje persiste. Discordamos desta posição, pois enxergamos na luta voltairiana uma imensa abnegação.

Na carta de 13 de junho de 1766 a D’Alembert, Voltaire mais uma vez comenta que conhecia o general e que tinha certeza de que a acusação de traição era equivocada:

Sei que ele era um homem muito violento, que encontrava facilmente o segredo de ser odiado por todo mundo; mas apostaria meu pescoço que ele não era traidor. A sentença não diz que ele era concussionário. Essa sentença lhe repreende vagamente de ofensas, e essa palavra ofensas é tão imprecisa que ela não se encontra em nenhum criminalista. A França é o único país onde as sentenças não são motivadas. **Os parlamentos gritam contra o despotismo; mas aqueles que mandam matar os cidadãos, sem dizer precisamente o porquê, são seguramente os mais despóticos de todos os homens** (Voltaire, 1983, p. 497, tradução nossa).

Nas dezenas de missivas nas quais comenta o caso Lally, Voltaire insiste na fraqueza das provas (que não passariam de injúrias), que o caráter autoritário e violento não representava

um motivo para condenar um cidadão à morte. Sobretudo quando se tratava de um militar, este teria direito a ser julgado por um conselho de Guerra. Enfim, a França não poderia continuar a condenar homens sem explicitar os motivos. Percebemos que a informação é concisa, clara, enfática. Trata-se de uma passagem passível de obter a adesão não apenas do interlocutor (D'Alembert), mas do público, já que as missivas aos amigos filósofos parisienses eram com frequência lidas em voz alta nos salões. Na última frase (que sublinhamos), emerge o grande orador, trata-se do advogado Voltaire fazendo sua defesa, não apenas a partir de dados técnicos, mas igualmente lançando mão da eloquência.

Em *Fragments sur l'Inde* (1773), Voltaire dedica vários artigos à defesa do general. Ao apresentar os fatos, ressalta, evidentemente, os aspetos que têm potencial para sensibilizar o público. Assim, fala das doenças que acometeram Lally e enfatiza sua solidão. Voltaire deixa na sombra tudo o que poderia prejudicar sua causa e não emprega as mesmas expressões duras que utilizara nas cartas para caracterizar Lally. Nos textos de maior penetração entre o público, lança mão da técnica do holofote, tão bem demonstrada por Auerbach em seu célebre ensaio “A ceia interrompida”.

No artigo 19, Voltaire transcreve trechos da sentença, em seguida mostra a inconsistência das acusações e refuta-as. Em uma passagem eloquente, relata a revolta de Lally ao saber da condenação:

[...] tendo na boca uma imensa mordaca, que transbordava de seus lábios e desfigurava seu rosto, formava um espetáculo terrível. Uma curiosidade cruel atrai sempre uma multidão de toda parte a um tal espetáculo. Vários de seus inimigos subalternos vieram rejubilar-se. Então amordaçaram-lhe a boca de medo que sua voz se elevasse contra os juízes no cadafalso; e que estando completamente persuadido de sua inocência, ele persuadissem o povo (Voltaire, *Fragments sur L'Inde*, p. 179, tradução nossa).

Tanto obras como *Fragments sur L'Inde* quanto a correspondência tornaram-se fundamentais. Por meio das cartas, expunha sua posição sobre o caso, criticava o Parlamento, mostrava a inconsistência das acusações. Essas críticas chegavam à corte e nem os ministros, nem o rei poderiam ficar indiferentes. Afinal, os ataques provinham do mais influente filósofo da época e, não por acaso, temido por muitos. Marc Fumaroli, a respeito da força do discurso voltairiano, afirma: “Voltaire, potência literária europeia, conquistou uma força que é comparável a dos soberanos que ele desejava inspirar e no patamar dos quais, ele acabou por elevar-se (Fumaroli, 2003, p. 219, tradução nossa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos de vida, Voltaire dedica seu tempo também a outros escândalos. Em 1773, volta a interessar-se ao affaire Lally, a pedido do filho do general, que atingira a maioridade e começava a carreira de advogado. O jovem procura Voltaire para solicitar auxílio na tentativa de reabilitação do pai. O filósofo lhe responde:

Da minha parte, ofereço-me a ser seu secretário apesar da idade de oitenta anos e apesar das dores que me colocaram à beira do túmulo. Será um consolo para mim que meu último trabalho seja pela defesa da verdade (Voltaire, 1993, p. 331, tradução nossa).

A batalha voltairiana para reabilitar Lally Tollendal foi bem-sucedida: em 1777, o Parlamento determina a revisão do processo e, no ano seguinte, cassa a sentença que o condenara à morte. Apesar do estágio avançado de sua doença, Voltaire sai momentaneamente de seu estado de prostração e recupera as forças para escrever o último texto de sua vida, quatro dias antes de morrer. A mensagem era endereçada ao filho de Lally:

“O moribundo ressuscita ao saber da grande notícia: ele abraça ternamente M. de Lally; ele vê que o rei é defensor da justiça; morrerá feliz” (26 de maio de 1778. Ao Chevalier Trophime-Gérard de Lally-Tollenda, tradução nossa).

REFERÊNCIAS

- DEFFAND, Marie du. **Lettres de La Marquise du Deffand à Horace Walpone**. Paris: Chez Treuttel et Würtz, 1812. Disponível na *Bibliothèque Nationale de France, BnF Gallica*.
- FARGE, Arlette. **Dire et mal dire: l’opinion publique au XVIIIe. siècle**. Paris: Seuil, 1992
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- FUMAROLI, Marc. L’Anti-Émile:Voltaire et ses Éducateurs Jésuites. **Revue Voltaire** n° 3. Presses de L’Université Paris-Sorbonne, 2003, p. 217-232.
- GARNOT, Benoît. **C’est la faute à Voltaire:une imposture intellectuelle?** Paris: Belin, 2009.
- LEPAPE, Pierre. **Nascimento dos Intelectuais no Séclo das Luzes**. Tradução de Mario Pontes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

POMEAU, René. **Voltaire en son temps**. Tome Second. Paris/Oxford: Fayard /Voltaire Foundation, 1995.

VOLTAIRE. **Lettres choisies**. Édition de Nicholas Cronk. Paris: Gallimard, 2017.

VOLTAIRE. **Fragments sur l'Inde et sur le général Lalli**. *Les Œuvres complètes de Voltaire, 75B: Fragments sur l'Inde et sur le général Lalli*. Critical edition by Cynthia MANLEY and John RENWICK. Oxford: Voltaire Foundation, 2009.

VOLTAIRE. **Correspondance choisie**. Choix, présentation et notes par Jacqueline Hellegouarc'h. Paris: Le Livre de Poche, 1997.

VOLTAIRE. **Correspondance** (avril 1765-juin 1767). Édition Theodore Besterman. Paris: Éditions Gallimard, 1983.

VOLTAIRE. **Correspondance**. Édition Theodore Besterman. Paris: Éditions Gallimard, 1993.

VOLTAIRE. **Précis du Siècle de Louis XV**. Paris: Éditions Gallimard, 1957. Édition Présentée, établie et annotée par René Pomeau.

WALTER, Eric. L'affaire La Barre et le concept d'opinion publique. **Le journalisme d'Ancien Régime**. Sous la direction de Pierre Retat. Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1981, p 361-392.